

Murilo Teixeira Avelino

Processo
Civil

EDITORA
JusPODIVM
www.editorajuspodivm.com.br

NA **MEDIDA CERTA**
PARA
CONCURSOS

4^a
edição
.....
revista,
atualizada
e ampliada

2026

 EDITORA
JusPODIVM
www.editorajuspodivm.com.br



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo
Tel: (11) 3582.5757
• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/central-de-relacionamento>

Copyright: Edições JusPodivm

Diagramação: Equipe JusPodivm

Capa: Ana Caquetti

A949p Avelino, Murilo Teixeira
Processo Civil na Medida Certa para Concursos / Murilo Teixeira Avelino – 4ª ed., rev.,
atual. e ampl. - São Paulo: Editora JusPodivm, 2026.
680 p.

ISBN: 978-85-442-7093-6.

1. Direito Processual Civil. 2. Concurso Público. I. Avelino, Murilo Teixeira. II. Título.

CDD 341.46

BIBLIOTECÁRIA RESPONSÁVEL

Ana Carolina Ribeiro Moís – CRB7 – RJ 007348/0

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPodivm.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPodivm. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

CONCEITOS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL	31
1. Generalidades.....	31
1.1. Modelos Tradicionais de Organização do Processo.....	31
1.2. Modelo Cooperativo de Processo	32
2. Jurisdição.....	33
2.1. Equivalentes jurisdicionais	33
2.2. Conceito de jurisdição.....	34
2.3. Princípios da jurisdição	35
2.3.1. Princípio da Investidura	35
2.3.2. Princípio da Inevitabilidade	35
2.3.3. Princípio da Territorialidade	35
2.3.4. Princípio da Indelegabilidade	36
2.3.5. Princípio da Inafastabilidade da Jurisdição.....	36
2.4. Jurisdição voluntária.....	36
3. Ação.....	37
3.1. Condições da ação	38
3.2. Elementos da ação.....	39
3.3. Classificação das ações.....	39
3.3.1. Ações dúplices	39
3.3.2. Ação Condenatória, Ação Constitutiva e Ação Declaratória.....	40
4. Processo.....	41
4.1. Fases da ciência processual.....	41
4.2. Processo e procedimento	42
4.2.1. Flexibilidade do processo	42
4.3. Formação do processo	44
4.3.1. Início do Processo	45
4.3.2. Formação gradual da relação processual	45
4.3.3. Procedimento sincrético.....	45
4.4. Pressupostos Processuais	46
4.4.1. Pressupostos de Existência.....	46
4.4.1.1. Capacidade de ser parte – pressuposto de existência subjetivo (parte)	46

4.4.1.2.	Órgão investido de jurisdição – pressuposto de existência subjetivo (juiz)	46
4.4.1.3.	Demanda – pressuposto de existência objetivo	46
4.4.2.	Pressupostos de Validade	47
4.4.2.1.	Capacidade Processual – requisito de validade subjetivo (parte)	47
4.4.2.2.	Capacidade Postulatória – requisito de validade subjetivo (parte)	47
4.4.2.3.	Competência – requisito de validade subjetivo (juiz) ...	47
4.4.2.4.	Imparcialidade – requisito de validade subjetivo (juiz)	47
4.4.2.5.	Respeito ao formalismo processual – requisito de validade objetivo intrínseco	48
4.4.2.6.	Inexistência de fatos impeditivos – requisito de validade objetivo extrínseco	48
5.	Justiça multiportas	48
5.1.	Mediação e conciliação	49
5.2.	Arbitragem	50
5.3.	Desjudicialização	52

CAPÍTULO 2

DAS NORMAS PROCESSUAIS CIVIS 55

1.	Parte geral do CPC/15	55
1.1.	Normas fundamentais do processo civil	55
1.2.	Constitucionalização do processo civil	55
1.3.	Princípios e regras processuais civis	56
1.3.1.	Princípio do Devido Processo Legal	56
1.3.2.	Princípio Dispositivo e Princípio Inquisitivo	57
1.3.3.	Princípio da Inafastabilidade da Jurisdição	57
1.3.4.	Dever de Estímulo à Autocomposição	58
1.3.5.	Princípio da Razoável Duração do Processo	58
1.3.6.	Princípio da Primazia do Julgamento do Mérito	59
1.3.7.	Princípio da Boa-fé	59
1.3.8.	Princípio da Cooperação	60
1.3.9.	Princípio da Efetividade	61
1.3.10.	Princípio da Isonomia	62
1.3.11.	Princípio do Contraditório	62
1.3.12.	Princípio da Proporcionalidade e Princípio da Razoabilidade	63
1.3.13.	Princípio da Legalidade	64

1.3.14. Princípio da Publicidade	64
1.3.15. Princípio da Eficiência	64
2. Ordem cronológica preferencial de julgamento	65
3. Da aplicação das normas processuais.....	66
3.1. Normas regentes do processo no Brasil.....	66
3.2. Direito intertemporal	66
3.2.1. Sistemas de Direito Intertemporal.....	67
3.3. Aplicação do CPC a outros “processos”	68

CAPÍTULO 3

DA COMPETÊNCIA 71

1. Generalidades.....	71
1.1. Princípios processuais relativos à competência	71
1.1.1. Princípio da tipicidade da competência.....	71
1.1.2. Princípio da indisponibilidade da competência.....	72
1.1.3. Princípio do juiz natural.....	72
1.1.4. Princípio da competência adequada.....	72
1.2. Regra fundamental de competência: Kompetenz-Kompetenz	73
2. Competência relativa e competência absoluta.....	73
3. Fixação ou determinação da competência	74
3.1. Critérios de fixação da competência	75
3.1.1. Critério objetivo	75
3.1.2. Critério funcional.....	76
3.1.3. Critério territorial.....	76
4. Modificação da competência.....	77
4.1. Conexão e continência	77
4.1.1. Conexão	77
4.1.2. Continência	78
4.1.3. Prevenção e juízo prevento	78
4.2. Cláusula de eleição de foro	79
5. Competência interna	83
5.1. Competência para ações fundadas em direito pessoal.....	83
5.2. Competência para ações fundadas em direito real	83
5.3. Regras especiais de atribuição de competência.....	84
5.3.1. Foro de sucessão	84
5.3.2. Ações propostas contra o ausente.....	84
5.3.3. Ações propostas contra o incapaz	84
5.3.4. Demandas em que figuram como parte os Estados e o Distrito Federal e um problema de federalismo processual	85

1.3.3.1.	Sentença proferida com fundamento em desistência, renúncia, reconhecimento do pedido ou transação.....	113
1.3.3.2.	Adiantamento das despesas.....	114
1.3.3.3.	Prestação de caução pelo autor residente fora do Brasil.....	115
1.3.3.4.	Atos praticados a requerimento da Fazenda Pública, do Ministério Público e da Defensoria Pública	116
1.3.3.5.	Remuneração do assistente técnico e do perito	117
1.3.3.6.	Outras regras relativas às despesas processuais.....	117
1.4.	Honorários advocatícios.....	117
1.4.1.	Honorários recursais.....	119
1.4.2.	Forma de cálculo dos honorários.....	121
1.4.3.	Outras regras relativas aos honorários.....	123
1.5.	Gratuidade da Justiça.....	127
1.5.1.	Formulação do pedido de gratuidade da justiça.....	129
1.5.2.	Recursos cabíveis	130
1.5.3.	Outras regras relativas à gratuidade da justiça.....	131
1.6.	Sucessão processual.....	133
1.6.1.	Sucessão das partes	133
1.6.1.1.	Alienação da coisa ou cessão do direito litigioso ...	133
1.6.2.	Sucessão dos procuradores	134
2.	Do juiz.....	134
2.1.	Proibição do non liquet e limites da decisão.....	135
2.2.	Controle judicial da lide simulada e da lide fraudulenta	136
2.3.	Responsabilidade Civil do Juiz.....	136
2.4.	Impedimento e suspeição	137
2.4.1.	Do impedimento	137
2.4.2.	Da suspeição.....	141
3.	Dos auxiliares de justiça.....	142
3.1.	Do escrivão, do Chefe de Secretaria e do Oficial de Justiça	143
3.2.	Do perito	144
3.3.	Do depositário e do administrador	144
3.4.	Do intérprete e do tradutor.....	145
3.5.	Dos conciliadores e mediadores judiciais.....	145
3.5.1.	Câmaras administrativas de mediação e conciliação	146

CAPÍTULO 5

DO LITISCONSÓRCIO E DA INTERVENÇÃO DE TERCEIROS	149
--	------------

1. Generalidades.....	149
2. Do litisconsórcio	149
2.1. Classificações.....	150
2.2. Regime processual dos litisconsortes.....	151
2.2.1. Litisconsórcio multitudinário	151
2.2.2. Ausência de citação dos litisconsortes.....	152
3. Intervenção de terceiros.....	152
3.1. Assistência	153
3.1.1. Assistência simples	154
3.1.2. Assistência litisconsorcial	155
3.2. Denúnciação da lide.....	155
3.2.1. Denúnciação da lide sucessiva	156
3.2.2. Inadmissibilidade da denúnciação da <i>lide per saltum</i>	157
3.2.3. Denúnciação promovida pelo autor.....	157
3.2.4. Denúnciação promovida pelo réu.....	157
3.3. Chamamento ao processo.....	159
3.4. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica	160
3.4.1. Legitimados ativos para a desconsideração.....	161
3.4.2. Espécies de desconsideração.....	161
3.4.3. Cabimento do incidente.....	162
3.4.4. Procedimento.....	163
3.5. Amicus Curiae	163
3.5.1. Admissibilidade da intervenção em qualquer processo	165

CAPÍTULO 6

DOS ATOS PROCESSUAIS.....169

1. Forma dos atos processuais.....	169
1.1. Publicidade dos atos	169
1.2. Atos das partes	170
1.3. Atos do juiz.....	170
2. Preclusão para a prática dos atos	172
3. Tempo e lugar dos atos processuais	173
4. Prazos processuais	173
4.1. Contagem dos prazos processuais.....	174
4.1.1. Forma de contagem dos prazos processuais	174
4.1.2. Suspensão dos prazos processuais	179
4.1.3. Prorrogação judicial dos prazos.....	179
4.2. Prazos para o juiz e para os serventuários	180

4.3.	Prazo em dobro para litisconsortes	180
5.	Comunicação dos atos processuais	180
5.1.	Citação	181
5.1.1.	Pessoalidade da citação	183
5.1.2.	Efeitos da citação.....	184
5.1.3.	Modalidades de Citação	186
5.1.3.1.	Citação eletrônica – art. 246, <i>caput</i>	186
5.1.3.2.	Citação pelo correio – art. 246, § 1º-A, inciso I....	189
5.1.3.3.	Citação por mandado – art. 246, § 1º-A, inciso II....	190
5.1.3.4.	Citação por mandado com hora certa – art. 246, § 1º-A, inciso II c/c art. 252.....	191
5.1.3.5.	Citação por Edital – art. 246, § 1º-A, inciso IV.....	191
5.1.3.6.	Comparecimento em cartório – art. 246, § 1º-A, inciso III	193
5.2.	Intimações	194
6.	Negócios jurídicos processuais.....	195
6.1.	Cláusula geral de negociação processual	196
6.1.1.	Eficácia plena dos negócios processuais – desnecessidade de homologação	198
6.2.	Calendarização do processo.....	198
7.	Invalidades processuais	199
7.1.	Normas fundamentais do sistema de invalidades	200
7.1.1.	Princípio da instrumentalidade das formas.....	200
7.1.2.	Princípio do aproveitamento dos atos processuais defeituosos e princípio da fungibilidade.....	200
7.1.3.	Princípio da causalidade	201
7.3.	Classificação tradicional dos vícios: nulidade absoluta, nulidade relativa e anulabilidade	201
7.4.	Nulidade pela falta de intervenção do Ministério Público	202

CAPÍTULO 7

TUTELA PROVISÓRIA.....	207	
1.	Disposições gerais	207
1.1.	Tutela provisória incidental e antecedente	207
1.2.	Decisão liminar	208
1.3.	Poder geral de efetivação	208
1.4.	Diferenças entre tutela antecipada e tutela cautelar.....	209
2.	Tutelas de urgência.....	210
2.1.	Reversibilidade da medida	211

2.2.	Responsabilidade pelos eventuais prejuízos	211
2.3.	Tutela antecipada antecedente de urgência	212
2.3.1.	Estabilização da tutela provisória.....	214
2.3.1.1.	Inércia do réu e a natureza da estabilização	214
2.3.1.2.	Inércia do autor e o “problema” da dupla inércia... ..	215
2.3.2.	“Recurso” ou “impugnação” para evitar a estabilização.....	215
2.3.3.	Ação revisional da tutela antecipada estabilizada.....	216
2.4.	Tutela cautelar antecedente	217
2.4.1.	Procedimento	217
2.4.2.	Pedido de tutela cautelar incidental.....	220
2.4.3.	Poder geral de efetivação da tutela cautelar.....	220
2.4.4.	Cessação da eficácia da medida cautelar	220
2.4.5.	Fungibilidade entre as demandas cautelar e antecipada.....	221
3.	Tutela de evidência.....	222

CAPÍTULO 8

INTRODUÇÃO AO PROCEDIMENTO COMUM.....227

1.	Formação do processo	227
2.	Suspensão do processo.....	227
3.	Extinção do processo	231
4.	Procedimento comum	232
4.1.	Fases do procedimento comum	232

CAPÍTULO 9

PETIÇÃO INICIAL.....235

1.	Generalidades.....	235
2.	Requisitos da petição inicial	235
2.1.	Causa de pedir	237
2.2.	Pedido	239
2.2.1.	Pedido imediato e pedido mediato	240
2.2.2.	Interpretação do pedido	240
2.2.3.	Cumulação de pedidos	240
2.2.3.1.	Requisitos para a cumulação de pedidos	242
3.	Modificações na petição inicial.....	243
4.	Indeferimento da petição inicial.....	244
5.	Improcedência liminar do pedido	245

CAPÍTULO 10

INTEGRAÇÃO DO RÉU AO CONTRADITÓRIO	249
1. Generalidades.....	249
2. Audiência prévia de conciliação ou de mediação	249
2.1. Regramento procedimental da audiência prévia	250
2.1.1. Atuação do conciliador ou mediador judicial.....	251
2.1.2. Audiência prévia como ato necessário do procedimento.....	251
2.1.3. Multa pelo não comparecimento à audiência prévia	252
2.1.4. Necessidade de as partes estarem acompanhadas e nomeação de representante.....	254
3. Respostas do réu	254
3.1. Contestação.....	254
3.1.1. Prazo para apresentação da contestação	254
3.1.2. Normas estruturais da Contestação.....	256
3.1.3. Questões prévias preliminares.....	258
3.1.3.1. Arguição de incompetência	259
3.1.3.2. Correção do polo passivo da demanda	262
3.2. Reconvenção.....	263
3.2.1. Pressupostos materiais da reconvenção	264
3.2.2. Interesse de agir na reconvenção.....	265
3.2.3. Autonomia da reconvenção	265
3.2.4. Litisconsórcio na reconvenção	265
3.2.5. Substituição processual e reconvenção.....	266
4. Revelia.....	266
4.1. Efeito material da revelia	266
4.2. Efeito processual da revelia	268
4.3. Outras situações que mitigam os efeitos da revelia	268
4.4. Produção de provas pelo revel.....	268

CAPÍTULO 11

ORGANIZAÇÃO E JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO.....	271
1. Providências preliminares.....	271
2. Julgamento conforme o estado do processo	272
2.1. Extinção do processo	272
2.2. Julgamento antecipado do mérito.....	272
2.2.1. Julgamento antecipado total do mérito	273
2.2.2. Julgamento antecipado parcial do mérito.....	274
2.2.2.1. Julgamento antecipado parcial do mérito dos feitos suspensos parcialmente	275

2.3.	Decisão de saneamento e organização do processo	275
2.3.1.	Saneamento consensual	277
2.3.2.	Saneamento compartilhado	278
2.3.3.	Produção de provas cuja necessidade surja após o saneamento	279

CAPÍTULO 12

AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO281

1.	Generalidades.....	281
2.	Procedimento.....	281
2.1.	Registro da audiência.....	283
2.2.	Alteração na data da audiência	283
2.3.	Cisão da audiência.....	284
3.	Incumbências do juiz	285

CAPÍTULO 13

TEORIA GERAL DA PROVA287

1.	Generalidades.....	287
2.	Meios e fontes de prova	287
2.1.	Atipicidade dos meios de prova	287
3.	Finalidade da prova	288
3.1.	Objeto da prova	288
3.1.1.	Características do thema probandum.....	288
3.1.2.	Fatos que independem de prova.....	289
3.1.3.	Prova do Direito	289
4.	Destinatários da prova	289
5.	Máximas de experiência e regras de experiência técnica.....	289
6.	Presunção.....	290
7.	Iniciativa probatória de ofício	291
8.	Princípio da comunhão da prova ou aquisição processual da prova	291
9.	Inadmissibilidade da prova	292
9.1.	Proibição da prova ilícita.....	293
9.1.1.	Provas ilícitas por derivação – fruits of the poisonous tree ...	293
10.	Sistemas de valoração das provas	293
11.	Ônus da prova.....	294
12.	Prova emprestada	296
12.1.	Outras questões sobre a prova emprestada.....	297
13.	Dever de cooperação na busca da verdade	297
14.	Produção antecipada de prova	299

14.1.	Notas sobre o procedimento.....	300
14.1.1.	Competência	300
14.1.2.	Citação dos interessados.....	300
14.1.3.	Descabimento de defesa ou recurso.....	301
14.1.4.	Aplicação do procedimento ao arrolamento de bens.....	302
14.1.5.	Produção antecipada de prova incidental	302

CAPÍTULO 14

PROVAS EM ESPÉCIE.....305

1.	Ata notarial.....	305
2.	Depoimento pessoal.....	306
2.1.	Finalidade da prova	306
2.1.1.	Direito ao silêncio	306
2.2.	Depoimento pessoal e interrogatório informal	307
2.3.	Pessoalidade	307
2.4.	Procedimento.....	307
3.	Confissão.....	308
3.1.	Espécies de confissão.....	308
3.1.1.	Confissão judicial e litisconsortes.....	309
3.2.	Ineficácia da confissão	309
3.3.	Irrevogabilidade da confissão	310
3.4.	Indivisibilidade da confissão	310
4.	Exibição de documento ou coisa.....	311
4.1.	Exibição contra a parte	311
4.2.	Exibição contra terceiro.....	313
5.	Prova documental.....	314
5.1.	Espécies de documentos	314
5.1.1.	Documentos Públicos	314
5.1.2.	Documentos Particulares	315
5.2.	Higidez dos documentos.....	316
5.3.	Arguição de falsidade do documento	316
5.4.	Produção da prova documental.....	317
5.4.1.	Dever de colaboração dos entes públicos	318
6.	Documentos Eletrônicos.....	318
7.	Prova testemunhal.....	318
7.1.	Admissibilidade da prova testemunhal.....	318
7.2.	Sujeitos que podem testemunhar.....	319
7.2.1.	Juiz arrolado como testemunha	319

7.3.	Escusa em testemunhar	320
7.4.	Procedimento.....	320
7.4.1.	Local e momento de realização das inquirições	322
7.4.2.	Exercício de múnus público pela testemunha	322
8.	Prova pericial.....	323
8.1.	Fontes da prova pericial	323
8.2.	Espécies de perícia	323
8.2.1.	Perícia Complexa	323
8.3.	Admissibilidade	324
8.3.1.	Dispensa da perícia.....	324
8.4.	Integração do perito.....	324
8.4.1.	Substituição do perito.....	325
8.4.2.	Escusa do perito.....	326
8.4.3.	Recusa do perito	326
8.5.	Escolha consensual do perito	326
8.6.	O assistente técnico	327
8.7.	Procedimento	328
8.7.1.	“Segunda perícia” e “outra perícia”	330
8.8.	Dever de fundamentação e congruência do laudo pericial	330
8.9.	Valoração da prova pericial	331
8.10.	A prova técnica simplificada	331
9.	Inspeção judicial.....	331
9.1.	Fonte da prova.....	332
9.2.	Procedimento.....	332

CAPÍTULO 15

SENTENÇA E COISA JULGADA335

1.	Generalidades.....	335
2.	Da extinção do processo.....	335
2.1.	Extinção do processo sem resolução de mérito	335
2.2.	Extinção do processo com resolução de mérito	338
3.	Elementos da sentença.....	340
4.	Dever de fundamentação das decisões judiciais.....	341
4.1.	Ponderação.....	344
4.2.	Interpretação da decisão	344
5.	Limitações ao poder-dever de decidir	344
5.1.	Princípio da congruência	345
5.2.	Requisito das decisões: certeza	346
5.3.	Atendibilidade dos fatos supervenientes	346

5.4.	Inalterabilidade da sentença	347
6.	Decisões relativas às obrigações de pagar quantia.....	347
6.1.	Hipoteca judiciária	348
7.	Decisões relativas às obrigações de fazer, não fazer e entregar coisa.....	348
7.1.	Obrigações de fazer e não fazer.....	349
7.1.1.	Obrigações de fazer consistente em emissão de vontade.....	350
7.2.	Obrigações de dar coisa	350
8.	Coisa julgada	350
8.1.	Coisa julgada formal e material	350
8.2.	Modo de produção e efeitos da coisa julgada	351
8.2.1.	Relações jurídicas de trato continuado.....	352
8.2.1.1.	Cessão da eficácia da coisa julgada em razão da superveniência de decisão do Supremo Tribunal Federal em sentido diverso (Temas 881 e 885 da Repercussão Geral)	353
8.2.2.	Conflito de coisas julgadas	354
8.3.	Limites subjetivo e objetivo da coisa julgada.....	355
8.3.1.	Limites subjetivos da coisa julgada	355
8.3.2.	Limites objetivos da coisa julgada	356
8.3.2.1.	Resolução de questão prejudicial	356
8.4.	Revisão da coisa julgada	359

CAPÍTULO 16

INTRODUÇÃO AOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA361

1.	Ação de consignação em pagamento – arts. 539 a 549.....	361
2.	Ação de exigir contas – arts. 550 a 553	362
3.	Ações possessórias – arts. 554 a 568	362
4.	Ação de divisão e demarcação de terras particulares – arts. 569 a 598	363
5.	Ação de dissolução parcial de sociedade – art. 599 a 609.....	363
6.	Inventário e partilha – arts. 610 a 673	363
7.	Embargos de terceiro – arts. 674 a 681	364
8.	Oposição – arts. 682 a 686.....	364
9.	Habilitação – arts. 687 a 692	365
10.	Ações de família – arts. 693 a 699	365
11.	Ação monitória – arts. 700 a 702	366
12.	Homologação de penhor legal – arts. 703 a 706.....	366
13.	Regulação de avaria grossa – arts. 707 a 711.....	367
14.	Restauração de autos – arts. 712 a 718	367

CAPÍTULO 17

INTRODUÇÃO À TUTELA EXECUTIVA	369
1. Generalidades.....	369
2. Procedimento e classificações.....	369
2.1. Execução direta e execução indireta.....	369
2.2. Execução definitiva e execução provisória	370
3. Normas estruturais da execução.....	370
3.1. Princípios.....	371
3.1.1. Execução e Princípio da Efetividade	371
3.1.1.1. Cumprimentos dos atos executivos.....	371
3.1.1.2. Inclusão do executado nos cadastros de proteção ao crédito	371
3.1.2. Princípio da Responsabilidade Patrimonial na Execução	373
3.1.3. Princípio da Primazia da Tutela Específica	373
3.1.4. Princípio da Menor Onerosidade da Execução	374
3.2. Regras	374
3.2.1. Nulla executio sine titulo	374
3.2.2. Disponibilidade da execução.....	375
3.2.3. Responsabilidade objetiva do exequente	376
3.2.4. Aplicação subsidiária das normas sobre processo de conhecimento	376
4. Generalidades sobre o procedimento executivo	377
4.1. Requisitos gerais para a execução (fase e processo).....	377
4.1.1. Demanda Executiva	377
4.1.2. Título executivo	377

CAPÍTULO 18

LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA.....	381
1. Generalidades.....	381
2. Legitimidade.....	382
3. Competência	382
4. Espécies de liquidação	382
4.1. Liquidação por arbitramento – arts. 509, I e 510	383
4.1.1. Hipóteses	383
4.1.2. Procedimento.....	384
4.2. Liquidação “por artigos” ou pelo procedimento comum – arts. 509, II e 511.....	384
4.2.1. Procedimento.....	384

4.3. Cálculos aritméticos – arts. 509, §§ 2º e 3º.....	385
5. Defesa na liquidação.....	385
6. Liquidação provisória	386

CAPÍTULO 19

CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	389
1. Generalidades.....	389
1.1. Demanda Executiva.....	389
1.2. Comunicação do devedor	389
1.3. Legitimidade passiva.....	391
1.4. Honorários no cumprimento de sentença	391
1.5. Sentença que decide relação sujeita a condição ou termo	392
1.6. Competência para o cumprimento de sentença	393
1.6.1. Disposição do foro.....	393
1.7. Protesto de sentença	394
1.8. Cumprimento de sentença e tutela provisória	396
2. Cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa	396
2.1. Cumprimento definitivo	397
2.1.1. Atuação do contabilista do juízo	398
2.1.2. Documentos em posse de terceiros ou do Executado.....	399
2.1.3. Execução invertida ou cumprimento por iniciativa do devedor... ..	399
2.2. Cumprimento provisório.....	400
2.2.1. Retorno ao status quo ante.....	402
2.2.2. Dispensa excepcional da caução.....	403
3. Cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de prestar alimentos	404
3.1. Prisão do devedor de alimentos.....	404
3.2. Disponibilidade do procedimento	406
3.3. Regra específica de competência	407
3.4. Possibilidade de desconto em folha.....	407
3.5. Repercussão penal da conduta procrastinatória do devedor.....	407
3.6. Constituição de renda em favor do credor de alimentos decorrentes de ato ilícito	407
4. Cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de fazer, não fazer ou de entregar coisa	408
4.1. Cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de fazer ou não fazer	409
4.1.1. Astreintes.....	410

4.2.	Cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de entregar coisa	413
5.	Cumprimento de sentença contra a fazenda pública.....	413
5.1.	Cumprimento provisório.....	414

CAPÍTULO 20

NORMAS GERAIS SOBRE PROCESSO DE EXECUÇÃO		417
1.	Disposições gerais	417
1.1.	Demanda executiva	417
1.2.	O título executivo	417
1.2.1.	Título executivo extrajudicial estrangeiro	418
1.2.2.	Exceção substancial de inadimplemento	418
1.2.3.	Adimplemento da obrigação	419
1.3.	Partes no processo de execução.....	420
1.3.1.	Cumulação de execuções e litisconsórcio	421
1.3.2.	Intervenção de terceiros na execução	422
1.4.	Competência para o processo de execução	422
2.	Poderes do juiz na execução	423
3.	Atos atentatórios à dignidade da justiça.....	423
4.	Responsabilidade patrimonial	425
4.1.	Dos bens sujeitos à execução.....	426
4.2.	Bens submetidos ao regime de superfície.....	428
4.3.	Fraude à execução	429
4.3.1.	Enunciado nº 375 da Súmula do STJ	431
4.3.2.	Diferenças entre fraude à execução e fraude contra credores..	432
4.4.	Direito de retenção.....	432
4.5.	Benefício de ordem do fiador	433
4.6.	Responsabilidade do sócio	433
4.7.	Responsabilidade do espólio	434

CAPÍTULO 21

DIVERSAS ESPÉCIES DE EXECUÇÃO		435
1.	Disposições gerais	435
1.1.	Concurso universal e concurso de penhoras.....	435
1.1.1.	Concurso universal de credores	435
1.1.2.	Concurso de penhoras	436
1.2.	Requisitos da petição inicial.....	438
1.2.1.	Nulidade da execução	438

1.3.	Incumbências do exequente em razão da penhora.....	439
1.3.1.	Ineficácia da alienação em face do titular de direito real sobre a coisa penhorada não intimado.....	441
1.4.	Execução de obrigações alternativas.....	442
1.4.1.	Obrigação alternativa e obrigação genérica	443
1.5.	Citação e interrupção da prescrição.....	443
1.5.1.	Efeitos da citação válida	444
2.	Execução para a entrega de coisa	444
2.1.	Entrega de coisa certa	444
2.1.1.	Vicissitudes quanto ao objeto.....	445
2.1.2.	Liquidação das benfeitorias.....	446
2.2.	Entrega de coisa incerta.....	446
3.	Execução das obrigações de fazer e não fazer.....	447
3.1.	Obrigações de fazer	448
3.1.1.	Satisfação da obrigação.....	448
3.1.2.	Não satisfação de obrigação infungível.....	448
3.1.3.	Não satisfação de obrigação fungível.....	449
3.2.	Obrigações de não fazer	450
4.	Execução por quantia certa	451
4.1.	Certidão de Admissibilidade da Execução	454
4.2.	Penhora	454
4.2.1.	Impenhorabilidades.....	455
4.2.2.	Ordem preferencial de penhora	459
4.2.2.1.	Utilidade da penhora e ausência de bens penhoráveis	461
4.2.3.	Documentação da penhora, de seu registro e do depósito	461
4.2.4.	Lugar de realização da penhora	464
4.2.5.	Modificações da penhora.....	464
4.3.	Tipos de Penhora.....	466
4.4.	Avaliação	467
4.4.1.	Avaliação de imóvel vultoso	467
4.4.2.	Nova avaliação	467
4.4.3.	Alteração da penhora	468
4.4.4.	Dispensa de avaliação	468
4.5.	Expropriação	469
4.5.1.	Adjudicação	470
4.5.1.1.	Legitimidade para adjudicar – licitação entre os pretendentes ao bem	471
4.5.1.2.	Remissão do bem pelo devedor hipotecário.....	472

4.5.2.	Alienação	472
4.5.2.1.	Alienação por iniciativa particular	473
4.5.2.2.	Alienação por leilão judicial.....	473
4.5.2.2.1.	O leiloeiro público	474
4.5.2.2.2.	Condições da alienação e preço vil.....	475
4.5.2.2.3.	Pagamento pelo arrematante	475
4.5.2.2.4.	Formalização da arrematação.....	477
4.5.2.2.5.	Vicissitudes do leilão	478
4.6.	Satisfação do crédito	480
5.	Execução de alimentos	481
6.	Execução contra a fazenda pública.....	482
6.1.	Execução entre entes públicos diversos	482

CAPÍTULO 22

DEFESAS NO PROCEDIMENTO EXECUTIVO	485
1. Generalidades.....	485
2. Exceção ou objeção de pré-executividade.....	485
3. Impugnação ao cumprimento de sentença.....	486
3.1. Excesso de execução – quantia superior.....	491
3.1.1. Outras hipóteses de rejeição liminar	492
3.2. Concessão de efeito suspensivo à impugnação.....	492
3.3. Inexigibilidade da obrigação fundada em lei ou ato inconstitucional ...	493
4. Embargos à Execução	498
4.1. A cognição nos embargos à execução.....	500
4.1.1. Excesso de execução	501
4.1.2. Embargos de retenção por benfeitorias	502
4.2. Concessão de efeito suspensivo aos embargos	502
4.3. Contagem do prazo em caso de litisconsórcio passivo na execução.....	504
4.4. Embargos à execução por carta	504

CAPÍTULO 23

SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO	507
1. Suspensão da execução	507
1.1. Suspensão do processo e questão criminal prévia.....	508
1.2. Concessão de efeito suspensivo à peça de defesa	508
1.3. Ausência de patrimônio penhorável ou não localização do devedor	508
1.4. Tentativa frustrada de alienação	509
1.5. Concessão do parcelamento legal.....	509

1.6.	Convenção das partes.....	509
2.	Extinção da execução.....	510
2.1.	Indeferimento da demanda executiva	510
2.2.	Extinção da obrigação.....	510
2.3.	Prescrição intercorrente.....	511
2.3.1.	Temas 566 a 571 dos Recursos Repetitivos.....	513
2.4.	Desistência da execução	516
2.5.	Julgamento procedente da defesa	516

CAPÍTULO 24

TEORIA GERAL DO PRECEDENTE JUDICIAL517

1.	Generalidades.....	517
2.	Conceitos fundamentais.....	517
2.1.	<i>Ratio Decidendi e obiter dictum</i>	519
2.2.	Stare decisis	520
3.	Interpretação e aplicação do precedente – o <i>distinguishing</i>	520
4.	Superação dos precedentes – <i>overruling</i> , <i>overriding</i> e institutos afins.....	520
4.1.	<i>Signaling</i>	521
4.2.	<i>Transformation</i>	522
4.3.	<i>Anticipatory overruling</i>	522
4.4.	<i>Prospective overruling</i>	522
5.	Uniformização da jurisprudência	523
6.	Precedentes vinculantes	524
6.1.	Microssistema de formação de precedentes vinculantes.....	526
7.	Microssistema de julgamento de causas repetitivas	526
7.1.	Modelo adotado: causa-modelo ou causa-piloto	527

CAPÍTULO 25

DA ORDEM DOS PROCESSOS NO TRIBUNAL.....529

1.	Generalidades.....	529
2.	O relator	529
2.1.	Incumbências do relator.....	530
2.1.1.	Correção de vícios sanáveis.....	531
3.	Processamento das causas	532
3.1.	Atendibilidade dos fatos supervenientes e questões apreciáveis de ofício.....	533
3.2.	Sustentação oral	534
3.3.	Conhecimento de questões preliminares.....	536

3.4.	Pedido de vista	536
3.5.	Registro e publicidade do julgamento.....	537

CAPÍTULO 26

PROCEDIMENTOS ORIGINÁRIOS DOS TRIBUNAIS.....539

1.	Generalidades.....	539
2.	Incidente de assunção de competência.....	539
2.1.	Legitimidade.....	540
2.2.	Competência para julgamento e fixação do precedente	541
2.2.1.	Desistência do recurso e fixação da tese.....	541
2.3.	Prevenção e superação de divergências no Tribunal.....	541
2.4.	Outras regras relativas ao IAC	542
3.	Incidente de arguição de inconstitucionalidade.....	542
3.1.	Procedimento e participação qualificada	544
4.	Conflito de competência.....	544
4.1.	Legitimidade Ativa.....	545
4.2.	Processamento e Julgamento	546
4.3.	Competência para Julgamento	546
4.4.	Disposições internas dos Tribunais.....	547
5.	Homologação de decisão estrangeira e concessão de exequatur à carta rogatória.....	548
5.1.	Competência.....	548
5.2.	Juízo de deliberação.....	549
5.3.	Requisito Negativo	550
5.4.	Execução de decisões estrangeiras de urgência	550
5.4.1.	Concessão de medida de urgência pelo STJ.....	551
5.5.	Outras regras relativas ao tema	551
6.	Ação rescisória.....	551
6.1.	Hipóteses de cabimento	552
6.2.	Não cabimento para anulação de atos das partes.....	556
6.3.	Competência.....	556
6.4.	Legitimidade.....	558
6.5.	Prazo para ajuizamento	559
6.5.1.	Polêmica quanto ao prazo da ação rescisória parcial.....	560
6.6.	Procedimento da ação rescisória.....	560
6.6.1.	Correção do objeto da ação e remessa ao juízo competente...	562
6.6.2.	Concessão de tutela provisória	563
6.6.3.	Atuação do Relator	563

7.	Incidente de resolução de demandas repetitivas	564
7.1.	Modelo adotado: causa-modelo ou causa-piloto	565
7.2.	Legitimidade para instauração do IRDR.....	566
7.3.	Competência	566
7.3.1.	IRDR nos Tribunais Superiores	567
7.4.	Procedimento.....	568
7.4.1.	Ampliação do diálogo democrático na construção do precedente	571
7.4.2.	Publicidade qualificada	571
7.4.3.	Concessão de medidas de urgência nos processos suspensos em razão do IRDR.....	572
7.4.4.	Distinguishing para evitar suspensão de processos que não discutam a tese objeto do IRDR	572
7.4.5.	IRDR sobre questão relativa a prestação de serviço concedido, permitido ou autorizado	573
7.5.	Revisão da tese.....	574
7.6.	Recursos	574
7.6.1.	Suspensão em âmbito nacional dos processos que versem sobre a questão objeto do IRDR	575
7.7.	Outras disposições	577
8.	Reclamação	577
8.1.	Hipóteses de cabimento	578
8.2.	Competência	581
8.3.	Legitimidade.....	581
8.4.	Procedimento.....	582
8.5.	Entendimento restritivo do STJ. Não cabimento da reclamação para garantir a aplicação do precedente formado no julgamento de recursos repetitivos	585

CAPÍTULO 27

TEORIA GERAL DOS RECURSOS589

1.	Conceito de recurso.....	589
2.	Duplo grau de jurisdição.....	590
3.	Classificação dos recursos	591
3.1.	Quanto à fundamentação	591
3.2.	Quanto à extensão da matéria abrangida	591
4.	Juízo de admissibilidade.....	592
4.1.	Inadmissibilidade e negativa de seguimento	592
4.2.	Requisitos de admissibilidade.....	594

4.2.1.	Requisito intrínseco: cabimento.....	594
4.2.2.	Requisito intrínseco: legitimidade recursal	595
4.2.3.	Requisito intrínseco: interesse recursal.....	595
4.2.3.1.	Interesse para recorrer da fundamentação	595
4.2.4.	Requisito intrínseco: inexistência de fatos impeditivos ou extintivos do direito de recorrer	596
4.2.5.	Requisito extrínseco: preparo	597
4.2.6.	Requisito extrínseco: regularidade formal.....	599
4.2.7.	Requisito extrínseco: tempestividade.....	599
4.2.7.1.	Algumas regras específicas sobre os prazos	603
5.	Efeitos dos recursos.....	604
6.	Recurso adesivo	606

CAPÍTULO 28

RECURSOS EM ESPÉCIE.....	609
1. Apelação.....	609
1.1. O recurso subordinado ou dependente	610
1.2. Efeitos da apelação	611
1.2.1. Efeito suspensivo	611
1.2.2. Efeito devolutivo.....	612
1.2.3. Efeito regressivo.....	613
1.3. Procedimento.....	613
1.3.1. Julgamento da causa madura	614
1.3.2. Arguição de fatos novos em sede de apelação	614
1.4. Técnica de ampliação do colegiado	615
1.4.1. Outros casos de aplicação da técnica do colegiado ampliado... 618	
1.4.2. Outros casos de não aplicação da técnica do colegiado ampliado	619
2. Agravo de instrumento	619
2.1. Hipóteses de cabimento	620
2.1.1. Decisão interlocutória de conteúdo complexo	628
2.2. Procedimento.....	628
2.2.1. Informação ao juízo a quo da interposição do recurso	631
3. Agravo interno	632
3.1. Procedimento.....	633
4. Embargos de declaração	635
4.1. Procedimento.....	637
4.1.1. Efeitos dos embargos de declaração	638

4.1.1.1. Exceção: quando os embargos não interrompem o prazo para interposição de outros recursos.....	639
4.2. Embargos manifestamente protelatórios.....	641
4.3. Embargos com função de prequestionamento.....	642
5. Recurso ordinário	644
5.1. Hipóteses de cabimento	644
6. Recurso extraordinário e recurso especial.....	646
6.1. Procedimento do recurso especial	647
6.1.1. Relevância da questão infraconstitucional.....	653
6.2. Procedimento do recurso extraordinário	655
6.2.1. Repercussão geral.....	659
6.3. Concessão de efeito suspensivo aos recursos excepcionais.....	663
6.4. Recursos repetitivos.....	663
6.4.1. Distinção entre as questões afetada e sobrestada.....	668
6.4.1.1. Alteração promovida pela Lei nº 13.256/16 e aparente contradição	669
6.4.2. Ampliação do diálogo democrático na construção do precedente	670
6.4.3. Outras regras aplicáveis aos recursos repetitivos	671
7. Agravo em recurso extraordinário e recurso especial.....	672
7.1. Procedimento.....	673
7.1.1. Interesse recursal	675
8. Embargos de divergência	675
8.1. Procedimento.....	677
BIBLIOGRAFIA.....	679